



**POLÍTICA E EDUCAÇÃO NA ZONA RURAL DE GUANAMBI, BAHIA: UM ESTUDO
SOBRE A MEMÓRIA COLETIVA DE PROFESSORES LEIGOS DURANTE A
DITADURA CIVIL-MILITAR (1964 A 1983)**

Elane Marcia Silva Viana¹
Cláudio Eduardo Félix dos Santos²

INTRODUÇÃO

O espaço geográfico e social no qual se alicerça esta pesquisa são as comunidades rurais do município de Guanambi, localizado no alto sertão da Bahia. Comunidades estas, que nas décadas de 1960, 1970 e princípio de 1980; encontravam-se distantes dos “grandes acontecimentos nacionais”; uma vez que os meios de comunicação eram limitados na roça. Verifica-se, também, um isolamento geográfico significativo entre o campo e a cidade, já que as estradas vicinais de ingresso a estas regiões possuíam acessos difíceis em virtude de não serem asfaltadas. Para, além disso, os camponeses não dispunham de transportes motorizados para estarem fazendo o deslocamento rotineiro para a cidade, sendo utilizados para este fim: ônibus escolares, quando passavam pelas localidades, caminhões de frete ou o lombo de animais. Diante dessa situação, o professor leigo atuava como divulgador das notícias exteriores às comunidades rurais, pois possuía um acesso mais constante à cidade.

Mas afinal, quem era esse professor leigo? Denomina-se por leigo, na presente pesquisa, aquele educador que não possuía uma formação em nível técnico (magistério) ou superior para trabalhar nas escolas. Geralmente eram indivíduos que viviam no meio rural, mas que possuíam uma escolaridade maior do que a de outras pessoas que conviviam com ele no mesmo tempo e espaço. Tinham no mínimo o ensino primário completo, no entanto não chegavam a finalizar a formação básica formal para se legitimarem enquanto docentes.

1 Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade (UESB) e membro dos Grupos de Pesquisa: Estudos Histórico-Críticos em Educação (GPEHCE) e Núcleo de Pesquisa Paulo Freire (NEPE) E-mail: elaneviana1987@gmail.com

2 Doutor em Educação (UFBA). Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia: Departamento de Filosofia e Ciências Humanas e do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. Pesquisador do Museu Pedagógico Padre Palmeira (UESB) no qual coordena o Grupo de Pesquisa: Estudos Histórico-Críticos em Educação (GPEHC). Membro do Grupo de Pesquisa Estudos Marxistas em Educação. Endereço eletrônico: cefelix2@gmail.com



A presença de professores leigos na educação brasileira sempre foi recorrente, entretanto ela se torna extremamente comum a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases de 1971. Esta LDB ampliou o tempo, em 8 anos, que cada indivíduo deveria permanecer na escola, todavia o Estado burguês não assegurou infraestrutura técnica e profissional de acordo com o que estava prescrito nela. Assim sendo, o “número de professores leigos aumentou entre 1973 e 1983, fato que se mostrou mais grave na região do Nordeste, onde 36 % do quadro docente tinha apenas o 1º grau” (ASSIS, p.336, 2012).

É imperioso observar que se escolheu estudar a atuação de professores durante o período da instauração da ditadura civil-militar no Brasil, buscando compreender como esse contexto político nacional chegava aos sertanejos do campo. Elegeu-se a figura do professor leigo para ser o centro de análise dessa pesquisa por acreditar que ele era o grande mediador entre as políticas de governo e o homem do campo. Portanto, vale-se nessa pesquisa dos testemunhos de oito professores leigos, que atuaram em comunidades rurais do município de Guanambi-BA durante a ditadura civil-militar, com a finalidade de recompor as memórias desse período.

METODOLOGIA

A memória, fundamental nos depoimentos orais, é uma fonte ilimitada, onde múltiplas variáveis – temporais, topográficas, individuais, coletivas – interagem entre si. Muitas vezes despontando recordações de maneira explícita, outras vezes de forma sublimada, chegando em alguns casos a ocultá-las pela proteção que o próprio indivíduo institui ao conjecturar, inconscientemente, que assim está se resguardando das angústias, dos traumas e dos anseios que assinalaram a sua vivência. Ademais,

No processar da memória estão presentes as dimensões do tempo individual (vida privada – roteiro biográfico) e do tempo coletivo (social, nacional, internacional). Os sinais exercidos são referências e estímulos para o afloramento de lembranças e recordações individuais que constituem o substrato do ato de rememorar (DELGADO, p. 16, 2010).

Contrapõe-se testemunhos orais com fontes documentais escritas. Desse modo, leis, decretos, pronunciamentos políticos, históricos escolares, e reportagens provenientes de jornais e revistas, são utilizados como instrumento para recompor a memória coletiva



em um dado período pesquisado. Portanto, além da memória oriunda da oralidade; fundamenta-se esta pesquisa na “memória objetivada” em documentos oficiais e jornalísticos. Fica claro que, “a diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele” (BLOCH, p. 57, 2002).

Os testemunhos dos professores leigos foram colhidos em diversos momentos, sendo que cada coleta possui características próprias. Chegou-se aos nomes dos professores leigos por meio do contato direto com antigos professores do município de Guanambi-BA e ex-alunos, esta busca foi facilitada em virtude de a autora da pesquisa ser professora da rede municipal de ensino e ser, também, filha de uma professora que tem mais de trinta anos dedicados à educação do município (ela contribuiu de maneira decisiva para a busca e o encontro com professores leigos). Assim, através das relações interpessoais desenvolvidas no ambiente de trabalho alcançou-se o nome de alguns professores leigos. Esta foi a estratégia possível para encontrá-los, já que a Secretária de Educação do Município ou o Sindicato de Servidores Municipais não contam com nenhum registro desse professorado. Foram realizadas dez entrevistas, entretanto foram escolhidas para esta pesquisa cinco destas em virtude das delimitações impostas pelo objeto de estudo: a temporalidade em que se exerceu o trabalho docente, a prática de ensino ter acontecido somente na zona rural e a participação em cursos de capacitação. Portanto, os sujeitos desta pesquisa são os professores leigos: Sérgio, Vanda, Nalva, Lita e Lurdes (nomes fictícios para preservarem as suas identidades).

CONSIDERAÇÕES

A escrita desse trabalho requereu da autora da pesquisa o acesso as suas próprias memórias. Foi por meio das lembranças ouvidas ainda em sua infância, contada por seus familiares, que se aventou sobre o estudo da estrutura educativa no município de Guanambi-BA durante o período ditatorial (1964-1985). Assim, por ser proveniente de uma família de educadores, facilitou-se a conjectura do “fazer” docente em outras épocas. Essas memórias de histórias contadas por outrem, e que assim não foram vivenciadas pela autora, necessitaram ser escutadas novamente. Portanto, no presente, deu-se voz àqueles que são os protagonistas desse estudo: os professores leigos guanambienses que atuaram entre 1964-1983.



Um dos aspectos importantes desta pesquisa é justamente evidenciar estes sujeitos pouco enfatizados pela História da educação. Colocou-se os professores leigos como sujeitos históricos em um período relevante para a educação brasileira – a ditadura civil-militar – demonstrando quais foram os impactos que as mudanças ocorridas neste período implicaram nas trajetórias destes docentes. Caminhou-se na direção de apreciar os aspectos importantes da trajetória docente dos cinco professores analisados, desde o seu início na docência em escolas rurais, indo ao encontro de informações que demonstrassem o desenvolvimento do processo de formação profissional, bem como a participação na comunidade rural como figura atuante e influente naquele espaço.

Através dos relatos de experiências e perspectivas dos professores abriu-se a possibilidade de entender a edificação do processo formador de cada um dos educadores. Seus “testemunhos” possibilitaram a descoberta de experiências de aspectos/elementos preciosos da profissionalização docente, da formação profissional e, sobretudo, da construção da identidade do seu eu professor. O fato de narrar suas histórias permitiu-lhes expressar sentimentos e representações alicerçados em seu processo de formação e também, expressar imagens que revelaram condutas, padrões, valores, posturas profissionais e pessoais.

Para, além disso, compreendeu-se que o ofício educativo dos professores leigos não estava isolado das práticas educativas vislumbradas em uma esfera maior de poder. Este ofício se conectava com o ideal pedagógico que estava sendo fomentado a nível nacional. Como todos os professores ouvidos nessa pesquisa lecionaram em um Brasil que estava sob o regime civil-militar (1964-1985), interpretou-se em suas “falas” a vinculação de sua docência com a política orquestrada pelo Estado ditatorial.

Percebeu-se a intensa repressão que foi aplicada ao espaço rural brasileiro durante o regime civil-militar, haja vista que para os dirigentes do Estado de exceção havia uma obsessão no que diz respeito a ideia de milhões de camponeses brasileiros representarem uma ameaça a manutenção do Estado ditatorial. Logo, criar mecanismos de silenciar e controlar estes agricultores de forma implícita interessava ao poder de outrora. Nessa perspectiva, verifica-se os currículos propostos nos cursos de capacitação para os professores leigos promoveram a difusão do discurso hegemônico proposto pelo governo. Importante ressaltar que toda esta organização foi pensada a partir de intervenções norte-americanas, e como exemplo máximo pode-se citar os acordos MEC-USAID entre Brasil e Estados Unidos. Assim,

Os acordos MEC-USAID tiveram o efeito de situar o problema educacional na estrutura geral de dominação, reorientada desde 1964, e de dar



um sentido objetivo e prático a essa estrutura. Lançaram, portanto, as principais bases das reformas que se seguiram e serviram de fundamento para a principal das comissões brasileiras que completaram a definição da política educacional: a Comissão Meira Matos. (ROMANELLI, p. 197, 1978)

Em síntese, o exercício de explorar as memórias dos educadores leigos e entrar em contato com a sua subjetividade fornece vestígios de que muitos outros estudos podem ser realizados futuramente. Reforça-se, então, aquilo que é tratado como um clichê, mas que carrega uma grande verdade: é preciso conhecer o passado para compreender o presente e pensar o futuro. Isto é relevante, pois demonstra que é valiosa a trajetória de um professor e que este, na sua singularidade, edifica o seu próprio processo de formação.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Renata Machado de Assis. A Educação Brasileira durante o Período Militar: a Escolarização dos 7 aos 14 anos. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 3, n. 2, p. 320-339, jul./dez. 2012.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2002.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral: Memória, Tempo, Identidades**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2010.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis: Ed. Vozes Ltda. 1978.